



Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Assuntos Administrativos
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
Coordenação de Administração de Pessoas

PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL DO CARGO OU FUNÇÃO	
Nome do Cargo ou Função	Chefe de Assessoria Especial
Nível do Cargo ou Função	CCE 1.15
Órgãos ou Entidade	Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares e Federativos
DAS RESPONSABILIDADES	
Principais Responsabilidades	<ol style="list-style-type: none">1. planejar, dirigir, coordenar, orientar e controlar a execução das atividades das respectivas Assessorias;2. assessorar o Chefe de Gabinete na supervisão das atividades dos setores que integram as Assessorias;3. assessorar diretamente o Ministro de Estado em suas demandas e necessidades
Escopo de Gestão / Equipe de Trabalho	A atuação gerencial poderá envolver a coordenação de equipes técnicas e administrativas, cuja composição e dimensionamento observarão a estrutura regimental vigente e o respectivo quadro demonstrativo de cargos da unidade organizacional.
DOS CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	
CrITÉrios Gerais	Atender aos critérios do art. 9º da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021: Idoneidade moral e reputação ilibada; Perfil profissional e/ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Critérios Específicos	<p>Atender, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos do art. 19 do Decreto nº 10.829, de 05 de outubro de 2021:</p> <p>1- Experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</p> <p>2 - Ocupação de cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos;</p> <p>3 Possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</p> <p>4 - Participação em ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), com carga horária mínima de cento e vinte horas.</p>
DOS REQUISITOS DESEJÁVEIS	
Formação e Experiência	<p>Formação superior compatível;</p> <p>Conhecimento e experiência acerca das rotinas e procedimentos adotados no âmbito da Assessoria Especial;</p> <p>Conhecimento técnico acerca dos temas centrais do Ministério.</p>
Competências Desejáveis	<p>Experiência gerencial na administração pública;</p> <p>Capacidade de articulação em equipe.</p>
Outros Requisitos Desejáveis	<p>Conhecimento dos sistemas estruturantes.</p>



Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Assuntos Administrativos
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
Coordenação de Administração de Pessoas

PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL DO CARGO OU FUNÇÃO	
Nome do Cargo ou Função	Coordenador-Geral
Nível do Cargo ou Função	CCE 1.13
Órgãos ou Entidade	Coordenação-Geral de Acompanhamento Legislativo/ASPAR
DAS RESPONSABILIDADES	
Principais Responsabilidades	<ol style="list-style-type: none">1. planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades a cargo das unidades sob sua direção;2. assistir ao superior hierárquico nos assuntos de sua competência;3. opinar sobre os assuntos da unidade, dependentes de decisão superior;4. praticar os demais atos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade; e5. desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo superior hierárquico.
Escopo de Gestão / Equipe de Trabalho	A atuação gerencial poderá envolver a coordenação de equipes técnicas e administrativas, cuja composição e dimensionamento observarão a estrutura regimental vigente e o respectivo quadro demonstrativo de cargos da unidade organizacional.
DOS CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	
CrITÉrios Gerais	Atender aos critérios do art. 9º da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021: Isonomia moral e reputação ilibada; Perfil profissional e/ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Critérios Específicos	<p>Atender, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos do art. 18 do Decreto nº 10.829, de 05 de outubro de 2021:</p> <p>1- Experiência profissional de, no mínimo, quatro anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</p> <p>2 - Ocupação de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, quatro anos;</p> <p>3 - Possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</p> <p>4 - Participação em ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), com carga horária mínima de cento e vinte horas.</p>
DOS REQUISITOS DESEJÁVEIS	
Formação e Experiência	<p>Formação superior compatível;</p> <p>Conhecimento e experiência acerca das rotinas e procedimentos adotados no âmbito da Coordenação;</p> <p>Conhecimento técnico acerca dos temas centrais do Ministério.</p>
Competências Desejáveis	<p>Experiência gerencial na administração pública;</p> <p>Conhecimento técnico acerca dos temas centrais da Coordenação;</p> <p>Capacidade de articulação em equipe.</p>
Outros Requisitos Desejáveis	Conhecimento dos sistemas estruturantes.



Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Assuntos Administrativos
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
Coordenação de Administração de Pessoas

PERFIL PROFISSIONAL DESEJÁVEL DO CARGO OU FUNÇÃO	
Nome do Cargo ou Função	Coordenador-Geral
Nível do Cargo ou Função	FCE 1.13
Órgãos ou Entidade	Coordenação-Geral de Gestão Administrativa/ASPAR
DAS RESPONSABILIDADES	
Principais Responsabilidades	<ol style="list-style-type: none">1. planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades a cargo das unidades sob sua direção;2. assistir ao superior hierárquico nos assuntos de sua competência;3. opinar sobre os assuntos da unidade, dependentes de decisão superior;4. praticar os demais atos necessários à consecução dos objetivos da respectiva unidade; e5. desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo superior hierárquico.
Escopo de Gestão / Equipe de Trabalho	A atuação gerencial poderá envolver a coordenação de equipes técnicas e administrativas, cuja composição e dimensionamento observarão a estrutura regimental vigente e o respectivo quadro demonstrativo de cargos da unidade organizacional.
DOS CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	
CrITÉrios Gerais	Atender aos critérios do art. 9º da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021: Idoneidade moral e reputação ilibada; Perfil profissional e/ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Critérios Específicos	<p>Atender, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos do art. 18 do Decreto nº 10.829, de 05 de outubro de 2021:</p> <p>1- Experiência profissional de, no mínimo, quatro anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</p> <p>2 - Ocupação de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, quatro anos;</p> <p>3 - Possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</p> <p>4 - Participação em ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), com carga horária mínima de cento e vinte horas.</p>
DOS REQUISITOS DESEJÁVEIS	
Formação e Experiência	<p>Formação superior compatível;</p> <p>Conhecimento e experiência acerca das rotinas e procedimentos adotados no âmbito da Coordenação;</p> <p>Conhecimento técnico acerca dos temas centrais do Ministério.</p>
Competências Desejáveis	<p>Experiência gerencial na administração pública;</p> <p>Conhecimento técnico acerca dos temas centrais da Coordenação;</p> <p>Capacidade de articulação em equipe.</p>
Outros Requisitos Desejáveis	Conhecimento dos sistemas estruturantes.